Bolsas
Na quinta-feira
0,15% São Paulo
0,01 % Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
103.713 — 100.821
3/4 4/4 5/4 6/4

Dólar
Na quinta-feira
R$ 5,058
(- 0,64%)

Últimos	
31/março	5,097
3/abril	5,068
4/abril	5,082
5/abril	5,049

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 5,525

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

»Entrevista | **ROGÉRIO CERON** | SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Técnico diz que governo pretende excluir arrecadação extraordinária da base de cálculo para aplicar o limite de aumento de despesas no arcabouço fiscal. Para ele, teto de precatórios criado pelo governo Bolsonaro foi um "grande equívoco"

"É preciso usar receita recorrente"

» ROSANA HESSEL

O novo arcabouço fiscal, que substituirá a regra o teto de gastos — emenda constitucional que limita o aumento de despesa pela inflação do ano anterior —, vai excluir receitas não recorrentes na base de cálculo do limite para o crescimento das despesas, de acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Segundo ele, a nova regra deve expurgar arrecadações extraordinárias que acabam inflando a base, como dividendos de estatais e royalties de petróleo, porque geram distorções que podem impulsionar um aumento de despesa que não terá receita futura correspondente.

"Estamos caminhando para a receita líquida total, talvez excluindo receitas extraordinárias para que não inflem e não criem distorções na base, como dividendos de estatais ou royalties do petróleo. Vamos trabalhar isso. É preciso usar a receita recorrente", explica o chefe do Tesouro. Ele contou que o texto do projeto de lei complementar do arcabouço está praticamente pronto e passa por ajustes jurídicos. Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decidirá, nesta semana, quando encaminhará a matéria ao Congresso Nacional. "Essa é uma decisão política do ministro", diz Ceron.

A nova âncora fiscal prevê uma meta flexível de resultado primário das contas do governo federal, com banda de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo —, e limita o aumento nas despesas em até 70% do crescimento das receitas, mas ainda não está muito claro qual será a base de cálculo. O secretário espera que o arcabouço seja um marco na gestão de contas públicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), podendo durar de 15 a 20 anos, ou até mais do que isso, "acomodando diferentes ciclos políticos". De acordo com ele, o arcabouço não será uma nova regra que não será cumprida. "A gente cansou de blefar no Brasil", frisa.

O secretário reconhece que uma das principais preocupações do governo na área fiscal é com o passivo dos precatórios herdado do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) após o calote de parte das despesas judiciais por meio de emenda constitucional. "Foi um grande equívoco, porque existe o canal correto de financiamento da dívida pública, que é aquela emissão de títulos da dívida pública", afirma. Contudo, uma saída para esse problema ainda está sendo estudada.

A reforma tributária poderá colaborar para o cumprimento do arcabouço, criando condições para mais investimento e mais produtividade na economia, na avaliação de Ceron. Ele ainda conta que Haddad deve anunciar, hoje, o novo marco de Parcerias Público-Privadas (PPPs) voltada para alavancar investimentos de estados e municípios. A seguir, os principais trechos da entrevista de Ceron concedida ao ***Correio****:*

Como está a questão dos cálculos para fechar o texto do arcabouço uma vez que será preciso um forte aumento de receita para cumprir as metas? O ministro Haddad sinalizou medidas para aumento de receita em até R$ 150 bilhões, mas elas dependerão do Congresso. Como fazer os ajustes?

O arcabouço não tem a ver com essas medidas de receita. Ele é um desenho de médio e longo prazos que garante uma trajetória de sustentabilidade fiscal do país, acomodando diferentes ciclos econômicos e diferentes ciclos políticos. E continua mantendo um limite para o gasto para evitar um exagero em momentos de ciclos de alta na atividade econômica, mas também medidas anticíclicas para evitar grandes flutuações em momentos de baixa, e sempre fazendo com que a despesa cresça menos do que a receita. Isso garante, a médio e longo prazos, uma trajetória fiscal sustentável. Isso é o arcabouço, e acho que não há nenhuma discussão relevante de ninguém criticando isso. A outra é a intensidade do movimento de ajuste dentro do arcabouço. O ministro está sinalizando que pretende acelerar esse processo de ajuste via a recomposição da base fiscal. No ano passado, houve uma renúncia de base tributária de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) e essa busca é para recuperar essa base fiscal. Logo, recuperando essa base fiscal, a sinalização é que conseguiremos cumprir uma trajetória de primário mais intensa e, com isso, é possível estabilizar a dívida em um período mais curto. Mas e o Congresso? Nesta sociedade, pode não validar algumas medidas e o processo de ajuste vai ser mais lento.

Mas há divergências por conta da questão de depender apenas de receitas pode ser um estímulo para gastar, pois não há um indicativo de corte de gastos...

Essa questão do limite do gasto ser uma licença para gastar eu já me manifestei sobre isso. Isso é conceitualmente um equívoco e não corresponde à realidade. O limite para a despesa pública continua existindo, com teto de 2,5% de crescimento real, que é a média histórica dos últimos 30 anos de crescimento econômico do país. Isso é fato e significa que se o país crescer 2,5%, na média, a longo prazo, o tamanho do Estado continua o mesmo sobre a economia. Esse é um ponto. O arcabouço não abre espaço para qualquer tipo de gastança ou algo que o valha ou o crescimento exagerado do Estado sobre a economia. Pelo contrário, ele garante um crescimento sustentado da despesa pública, do investimento público e do atendimento social, mantendo o tamanho do Estado em relação à sua presença na economia. Esse é o primeiro ponto. A questão do corte de gastos, do ponto de vista de buscar eficiência das políticas públicas da máquina pública é uma agenda de governo também. Reduzir gastos para reduzir o tamanho do Estado, o suporte social à população, isso não é agenda do governo. Conceitualmente, não é possível dizer que só existe responsabilidade fiscal se for redução do tamanho do Estado.

Mas é importante olhar a questão do gasto, porque é público e notório que o governo gasta muito e mal e tem muito subsídios sem avaliar o impacto para a sociedade...

Se a discussão do corte de gastos é uma discussão para melhorar a eficiência, a focalização da política pública,como eu falei, ela é necessária e ela existe. Isso está na agenda do governo. No pacote das primeiras medidas que anunciamos a revisão de despesas. É aquele efeito de cortar unha, de rever os contratos, que é importante, mas com efeito pequeno. E tem também um esforço para o empoderamento do Cemap (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) e um empoderamento de uma área do Ministério do Planejamento, que foi criada para cuidar disso, que é a Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Existe um trabalho que é um pouco mais de médio prazo para melhorar a qualidade do serviço público e poder atender melhor a sociedade com menos recursos. Assim, será possível, por exemplo, investir mais em infraestrutura. Isso é essencial e está na agenda do governo, mas é preciso um pouco de tempo de maturação.

Sobre a questão do piso para investimentos, para ele não ser "a primeira vítima" em caso de ajuste, como é que o governo vai direcionar os cortes em caso de não cumprimento das metas? Será para os concursos ou haverá alguns gatilhos?

A princípio, a lei complementar do arcabouço vai indicar, na medida em que acontecer, a necessidade de ações mitigadoras que garantam uma trajetória, de médio e longo prazos, do fiscal sustentável. E a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ciclo político vai trazer quais são essas medidas e qual a priorização dessas medidas. A ideia é que o arcabouço, em si, seja uma nova LRF e que ele perdure pelos próximos 15-20 anos, tomara que mais. E que seja algo, de fato, algo cultural no Brasil. E então, para isso, ele precisa ser um macro desenho que garanta uma direção para termos um fiscal equilibrado, mas ele precisa ter flexibilidade para acomodar diferentes visões políticas. O arcabouço dá um grau de liberdade para o governo do momento fazer as escolhas e um balanço dessas escolhas.

O que vai ficar dentro desse teto máximo de crescimento, que vai poder ficar fora ou vai poder crescer mais de 2,5%, como educação em saúde, crédito extraordinário? O investimento também vai ficar fora desse novo teto?

Existem exceções que são constitucionais. Crédito extraordinário, por exemplo, é constitucional, e não estamos mexendo nisso. O investimento vai ficar dentro do teto, mas tem um piso de 0,6%. Do ponto de vista, no momento de corte, ele tem que ser respeitado, e vai estar dentro do bolo de até 2,5%.

E precatórios? Na apresentação, o senhor criticou bastante a mudança feita no governo anterior, impondo um teto para essa despesa com decisões judiciais por meio de emenda constitucional...

Por enquanto, vamos seguir a regra constitucional (aprovada no governo Bolsonaro). Mas é um problema. Uma parte dele fica dentro do teto, mas existe o estoque acumulado e ainda não conseguimos ter uma solução. Foi um grande equívoco, porque existe o canal correto de financiamento da dívida pública, que é aquela emissão de títulos da dívida pública. Fazer isso em uma emenda só cria distorções. E estamos vivenciando. Colocaram previsões de que será possível compensar com outorgas de concessões. Mas há muitas dúvidas e pode colocar quem não está na frente da fila e criar um desarranjo, um custo administrativo, além de forçar pessoas que não queriam financiar o setor público a financiarem. Não deixa de ser um empréstimo forçado, de alguma medida. Então, é um problema que será preciso resolver. Só que não dá para resolver tudo ao mesmo tempo. Esse é um assunto que nós também queremos endereçar, mas não dá para fazer isso agora.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Em que momento isso será possível?

Nós tínhamos dois grandes desafios iniciais, que era melhorar um pouco e já colocar uma sinalização melhor para o resultado primário do ano. Fizemos isso com as primeiras medidas de ajuste logo no começo e o arcabouço, em si, que é importante para dar uma previsibilidade. E tem algumas medidas adicionais que vão sair. E aí foi dado o primeiro movimento e, agora, precisamos enfrentar as outras questões estruturais. Para o crescimento econômico também tem outras medidas que podem ser tomadas, como aperfeiçoar setores, enfim, algumas questões para poder estimular o crescimento, por exemplo, a reforma tributária. Ela é uma medida que pode aumentar a previsibilidade de economia e o PIB potencial. E vamos anunciar, nesta semana, o pacote de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e, depois, o pacote de medidas de crédito.

E quando será o envio do texto do arcabouço para o Congresso?

A nossa expectativa é submeter ao Congresso nesta semana. Mas essa é uma decisão política do ministro.

E sobre as medidas das PPPs? O senhor pode adiantar alguma novidade?

O ministro já falou que as medidas estão mais voltadas para apoiar estados e municípios, criando metas que permitam resolver um problema que é gravíssimo, que são as garantias. As PPPs, nos estados e nos municípios que não decolam ou tem dificuldade de decolar no seu potencial, porque muitos investidores, principalmente, externos ou mesmo grandes grupos econômicos internos, têm um pouco de receio do risco de risco de inadimplência de estados e municípios e do risco político e aí acabam envidando. Isso diminui a concorrência, às vezes inviabiliza o projeto, força o Estado a usar algumas garantias ineficientes. O que nós vamos colocar à disposição é um conjunto de instrumentos que o Tesouro vai apoiar na estruturação de garantias que farão com que o investidor privado, quando olhar a PPP do estado e do município, ele vai enxergar o risco soberano e não o risco do ente federativo.

Ainda há dúvidas em relação ao arcabouço, sobre a base das receitas para o cálculo do novo limite de gastos. Qual será o critério?

Estamos caminhando para a receita líquida total, talvez excluindo receitas extraordinárias para que não inflem e não criem distorções na base, como dividendos de estatais ou royalties do petróleo. Vamos trabalhar isso. É preciso usar a receita recorrente. E lembrando, o mais importante para nós é que o desenho do arcabouço que está sendo pensado para ter uma vida longa. O mais importante é definir o que seja bom a médio e longo prazos.